

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA COMO PRÁTICA DE INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO NO CENTRO EDUCACIONAL MARISTA LÚCIA MAYVORNE

COMMUNITY PARTICIPATION AS A SOCIAL INNOVATION PRACTICE: A CASE STUDY AT THE MARIST EDUCATIONAL CENTER LÚCIA MAYVORNE

LA PARTICIPACIÓN COMUNITARIA COMO PRÁCTICA DE INNOVACIÓN SOCIAL: UN ESTUDIO DE CASO EN EL CENTRO EDUCATIVO MARISTA LÚCIA MAYVORNE

Nei Antônio Nunes

Doutor em Sociologia Política pela
Professor do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
Endereço: UNISUL, R. Trajano, n. 219, Centro, CEP: 88010-010. Florianópolis, SC, Brasil
Telefone: (48) 3279-1932
E-mail: neinunes@bol.com.br

Jacir Leonir Casagrande

Doutor em Engenharia de Produção
Professor do Programa de Pós-graduação em Administração da UNISUL
Endereço: UNISUL, R. Trajano, n. 219, Centro, CEP: 88010-010. Florianópolis, SC, Brasil
Telefone: (48) 3279-1932
E-mail: jacir.unisul@gmail.com

Marcia Maria Gil Ramos

Mestranda em Administração no Programa de Pós-graduação da UNISUL
Endereço: UNISUL, R. Trajano, n. 219, Centro, CEP: 88010-010. Florianópolis, SC, Brasil
Telefone: (48) 3279-1932
E-mail: marciagil10@hotmail.com

Andreia Aparecida Pandolfi dos Santos

Mestra em Administração na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
Endereço: R. Antônio Dib Mussi, n. 322, Centro, CEP: 88015-110. Florianópolis, SC, Brasil
Telefone: (47) 98848-200
E-mail: andripandolfi@yahoo.com.br

Louise Corseuil

Mestranda em Administração na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
Endereço: UNISUL, R. Trajano, n. 219, Centro, CEP: 88010-010. Florianópolis, SC, Brasil
Telefone: (48) 3279-1932
E-mail: louiseorseuil@hotmail.com

Artigo recebido em 29/01/2017. Revisado por pares em 03/03/2017. Reformulado em 18/03/2017. Recomendado para publicação em 15/04/2017. Publicado em 30/05/2017. Avaliado pelo Sistema *double blind review*.



RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as ações comunitárias articuladas ao projeto educacional-social do Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne. Trata-se de um estudo qualitativo, cujo meio de investigação é o estudo de caso. A pesquisa visou a analisar se a relação entre projeto e comunidade pode ser considerada uma prática de inovação social. Os resultados e as evidências encontradas indicam que há significativa aderência da prática comunitária desenvolvida no projeto com a inovação social, pois através da imbricação entre o projeto educacional e a ação comunitária criam-se condições para o fomento e consolidação de formas de emancipação individual e coletiva.

Palavras-chave: Comunidade; Inovação Social; Projeto Educacional-Social; Emancipação; Autonomia.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the community actions articulated to the educational-social project of the Marist Educational Center Lúcia Mayvorne. This is a qualitative study, and the investigation means is the case study. The research aimed to analyze whether the relationship between project and community can be considered as a practice of social innovation. The results and the evidences found indicate there is a significant adherence of the community practice developed in the project to social innovation, since through the imbrication between the educational project and the community action, conditions are created for the promotion and consolidation of forms of individual and collective emancipation.

Keywords: Community; Social Innovation; Educational-Social Project; Emancipation; Autonomy.

RESUMEN

El propósito de este artículo es analizar las acciones de la comunidad articulados con el proyecto educativo y social del Centro Marista para la Educación Lucía Mayvorne. Se trata de un estudio cualitativo, lo que significa que la investigación es el estudio de caso. La investigación tuvo como objetivo analizar si la relación entre el proyecto y la comunidad puede ser considerada como una práctica de innovación social. Los resultados y las evidencias encontradas indican que hay significativa adhesión de la práctica comunitaria desarrollada en el proyecto con la innovación social, porque a través de la superposición entre el proyecto educativo y la acción comunitaria se crean condiciones para la promoción y consolidación de las formas de emancipación individual y colectiva.

Palabras clave: Comunidad; Innovación social; Educación y Proyecto Social; Emancipación; Autonomía.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre a inovação e a busca por vantagens competitivas não é recente. Como prova disso, as profundas transformações políticas e econômicas ao longo do século passado indicaram que a inovação tecnológica teve seu desenvolvimento vinculado aos interesses e demandas do mercado. A teoria de Joseph Schumpeter (1883-1950) marcou decisivamente o constructo teórico da inovação concorrencial mostrando, dentre outras coisas, que um “gênio inovador” pode, por meio da geração e/ou transformação de artefatos, processos etc, contribuir tanto para a superação de momentos de “crise” quanto para emergência de novos ciclos de prosperidade econômica. Todavia, o aumento paulatino da pobreza e miserabilidade em escala mundial, fez com que grupos sociais, organizações diversas da sociedade civil e até instituições se mobilizassem com a intensão de propor alternativas a problemas como a fome, a desnutrição e o analfabetismo. Sobre esses é possível afirma-los como subprodutos de formas de exclusão e desigualdade econômico-social e política.

Diversamente de alternativas equivocadas e malogradas (de origem assistencialista e/ou demagógica) surgem nas últimas décadas projetos e ações sociais que visam gerar inclusão, empoderamento e, assim, emancipação dos estratos menos favorecidos da sociedade. Por sua criatividade e caráter inclusivo e transformador, muitas destas iniciativas têm sido identificadas como práticas de inovação social. Percebe-se, portanto, que estas ações inovadoras distinguem-se da inovação tecnológica desenvolvida, quase exclusivamente, para garantir vantagens competitivas na esfera do mercado. Como destacam Mulgan et al (2008), o alvo das inovações sociais diferencia-se dos propósitos da inovação tecnológica e empresarial que objetivam, sobretudo, a obtenção do lucro no âmbito do mercado, sem necessariamente oferecer soluções aos problemas ou carências sociais mais prementes.

Segundo Bignetti (2011), ante as grandes necessidades sociais hoje vivenciadas, a inovação social surge como uma das formas de se buscar alternativas viáveis para o futuro da sociedade humana. Em linhas gerais, o autor dirá que a inovação social é o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral.

Historicamente, fenômenos como a pobreza e a exclusão social nem sempre ganharam a devida atenção por parte dos Estados, das sociedades civis, das corporações, como também das instituições de pesquisa. Por vezes, foram tratados de forma superficial ou negligenciados, pois não eram percebidos como problemas com expressiva relevância político-social ou mesmo científica. Importantes relatos de atores sociais que trabalham em comunidades carentes ratificam estas inferências. Diametralmente oposto ao tratamento simplista e hesitante dado a fenômenos sociais dessa ordem, pesquisas atuais apontam para a complexidade e o valor, em termos epistemológicos, das problemáticas sociais. Confirma essa perspectiva, por exemplo, as análises de Giorgio Agamben sobre os processos de exclusão existentes em nossas democracias ocidentais na contemporaneidade. Explicando concepções do teórico italiano, Nunes (2007) menciona o aparente paradoxo revelador de que certas práticas institucionais, legitimadas no argumento de que suas ações “incluem socialmente”, na verdade incluem para melhor excluir. Dito de outro modo, ele é revelador de que há práticas de inclusão (operadas pelo Estado, por instituições diversas e por empresas) geradoras de processos insidiosos de exclusão social. Este paradoxo (e também suas implicações) podem ser vistos como exemplos da complexidade e valor científico e social de problemáticas que afetam diretamente os estratos mais pobres da sociedade. A lógica perversa que subsidia estes processos de exclusão não se coaduna aos projetos que inovam socialmente. Até porque, no lugar da perpetuação da exclusão, as ações de inovação social visam promover estados emancipatórios de indivíduos e grupos que vivem em condições de vulnerabilidade política e econômico-social. Como será discutido adiante, as experiências comunitárias – socialmente constituídas – podem potencializar ações inovadoras que resistam aos modelos de exclusão fomentando formas de autonomia individuais e coletivas.

O presente artigo, que caracteriza-se como pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva desenvolvida como um estudo de caso, procura explicitar a investigação realizada no Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne (CEMLM), localizado na Comunidade do Monte Serrat. Este espaço educacional atende a aproximadamente 550 (quinhentas e cinquenta) crianças e adolescentes carentes, moradores do Maciço e do Morro da Cruz (Florianópolis/SC) – região marcada por vários desafios sociais. Dentre estes, constata-se a forte presença do narcotráfico, gerador violência, inseguranças diversas e, assim, de grande

instabilidade na comunidade. O centro educacional tem como foco promover uma educação pautada na participação ativa da comunidade, que é condição para emancipação de indivíduos e coletividade. A prática educacional é considerada, desse modo, como “articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é determinante” (CENTRO EDUCACIONAL MARISTA LUCIA DO LIVRAMENTO, 2014).

Em face do exposto, esse estudo tem como questão orientadora inquirir se a prática comunitária articulada ao projeto desenvolvido no Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne se constitui numa ação de inovação social.

Assim, o objetivo geral do estudo consiste em analisar a ação comunitária no Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne visando inquirir se esta pode ser identificada como prática de inovação social. Na intenção de subsidiar sua consecução, são propostos os seguintes objetivos específicos: a) verificar as práticas comunitárias desenvolvidas pelo CEMLM; b) analisar a interação da comunidade com o projeto; c) analisar as interfaces existentes entre prática educacional e o constructo da inovação social – serão escrutinadas categorias teóricas como inovação social e comunidade; d) identificar os limites e possibilidades potenciais do CEMLM.

A realização da pesquisa justificou-se, primeiro, pelo valor científico das experiências comunitárias e dos projetos sociais que contribuem para inovar socialmente e, segundo, pela importância regional de iniciativas promovidas pelas Organizações da Sociedade Civil como as ações realizadas pelo Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne.

Esse artigo foi organizado da seguinte forma: no primeiro tópico, breve introdução já apresentada; no segundo, é explicitado o referencial teórico visando subsidiar a análise de dados e resultados; no terceiro, são definidos os procedimentos metodológicos aplicados no estudo; no quarto, é efetuada a análise dos resultados; no quinto e último, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2 SOBRE A NOÇÃO COMUNIDADE

A abordagem sobre comunidade tem sido expressa de muitas maneiras, desde indagações sobre os perigos de se legitimar formas de associação humana em cenários totalitários ou de extremo pragmatismo, tão característicos do século passado, até o questionamento sobre a qualidade dos vínculos sociais na atualidade. Muitos foram os pensadores a se debruçarem sobre o conceito comunidade, pode-se, a título de exemplo, citar alguns clássicos como Ferdinand Tönnies, Max Weber, Robert A. Nisbet, Martin Buber, Talcott Parsons, além de contribuições mais recentes, como Jean-Luc Nancy, Zygmunt Bauman, Gianni Vattimo, Giorgio Agamben e Roberto Esposito.

No escrutínio da comunidade como categoria de investigação epistemológica, Jean-Luc Nancy (1986) e Roberto Esposito (2007), cada um a seu modo, propuseram interrogações radicais a respeito da sua constituição, a saber, o que consideraram como o “ser-em-comum” e a sua pluralidade constitutiva. A desconfiança dos dois teóricos em relação à concepção de comunidade calcada em essencialismos universalizantes, que engessam práticas subjetivas e coletivas, serviu também para pôr em relevo o seu caráter relacional consolidado num variegado de experiências vivenciadas na contemporaneidade. Aliás, compreendê-la como um “nada-em-comum” (Nancy, 1986) ou como uma “forma sem substância”, desloca a comunidade dos usos instrumentais operados seja pela política, seja pelo mercado. Isso permite, potencialmente, a admissão de processos transformadores pelos quais a experiência comunitária pode constituir-se como um desdobrar-se em si (e para si), um acontecer em seu desenrolar próprio, sem estar condicionada (em termos absolutos) aos determinismos ideológicos e/ou econômicos.

A comunidade, nesse sentido, deixa de ser algo ontologicamente determinado, como uma substância, e passa a coexistir nos acontecimentos e eventos diversos. Esposito, cabe enfatizar, oferece uma síntese instigante na qual postula que “a comunidade não é o *entre* do ser, mas o ser como *entre*: não uma relação que modela o ser, mas o próprio ser como relação” (ESPOSITO, 2007, p. 19). Segundo o autor, *Communitas* é a palavra latina para designar comunidade. A partir dela, Esposito extrai dois importantes radicais: *cum* e *múnus*. *Cum* revela a presença incontornável de um outro (um além de mim); no segundo radical (*munus*), o

teórico localiza três significados possíveis: *onus*, *officium* e *donum*. Chama-lhe atenção o fato de *donum* (dom) pertencer a um mesmo conjunto semântico que indica dever, dívida, obrigação, ou seja, laços diversos (mas também contraditórios!) de comprometimento e interação.

Em estudos importantes, Nancy (1986) e Agamben (1993) partilham da tese de que a comunidade se revela como potência de realização. Assim sendo, a comunidade se configura como relação descontínua que rompe a cadeia de fechamento (*in-munus*), de extrema individualização, conduzindo o sujeito para experiências nos âmbitos relacional e coletivo.

Nessa perspectiva, dirá Nancy (1986):

[...] comunidade é o nada ou o vazio, algo dessubstancializado, é a reunião de “seres-com”, seres esvaziados. Trata-se de um espectro ou “fantasma” que nos informa que algo nos falta, que não somos seres completos e autossuficientes ou que o ser, para sê-lo, deve, necessariamente, ser “com”. O fato de todos possuímos um vazio comum e originário é o que nos movimenta, nos impele à relação ou à vinculação, permite-nos a consciência de si.

Esta visão distingue-se, e almeja ser uma alternativa contrária, ao constructo teórico que reduz o “ser” da comunidade ao modelo atomista que tem no indivíduo proprietário de si e isolado (nos pactos entre “átomos”, no “individualismo possessivo”, mas também no solipsismo) o seu ponto de partida e de chegada. Para Nancy (1986), é o “nada” ou o “vazio”, e não qualquer substância (atomística!), o que há de comum na comunidade. O fato de todos os sujeitos possuírem um vazio comum e originário é o que os movimenta, os impele à relação ou à vinculação, permitindo a todos a “consciência de si”. Desta forma, as pessoas não são unicamente “seres” a imagem e semelhança de substâncias individuais redutoras, que se definem única e exclusivamente a partir de si mesmas, mas “seres-com” (a partícula “-com” é aquilo que “desestabiliza o ser”). Isso porque, as pessoas não são seres isolados, mas sempre sujeitos em relação. De certo modo, a comunidade – para Nancy – é a reunião destes “seres-com”, seres “esvaziados”.

Nesse desenvolvimento reflexivo chega-se à conclusão que, enquanto espectro, em suas formas, conteúdos e potências, a comunidade não pode ser captada, analisada, decomposta, enfim escrutinada, como categoria metafísica (individual ou não) senão como

experiências entre “seres-com”.

De passagem, cabe citar também o alerta do sociólogo polonês Zygmunt Bauman que, no livro **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual** (2003), ao indicar mais desdobramentos de uma “modernidade líquida” na qual as sociedades ocidentais ainda estariam mergulhadas, releva que o extremo individualismo da contemporaneidade não extinguiu a necessidade das pessoas vivenciarem, num certo nível, a experiência comunitária. Ou seja, apesar da crise das comunidades os sujeitos ainda anseiam por vivenciar experiências de pertencimento a um grupo, o que permite, dentre outras coisas, uma sensação de segurança ante o estado de permanente insegurança vivenciado em nosso mundo atual, profunda e dramaticamente marcado/ordenado pela lógica da extrema concorrência entre indivíduos.

Assevera Bauman (2003, p. 60):

Por mais que prezem sua autonomia individual, e por mais confiança que tenham em sua capacidade pessoal e privada de defendê-la com eficiência e dela fazer bom uso, os membros da elite global por vezes sentem necessidade de fazer parte de alguma coisa. Saber que não estamos sós e que nossas aspirações pessoais são compartilhadas por outros pode conferir segurança.

Dando seguimento a esta breve analítica dos conceitos, apresenta-se a seguir a noção de inovação social.

2.1 SOBRE A NOÇÃO DE INOVAÇÃO SOCIAL

Tradicionalmente, a inovação tem sido vinculada ao ganho econômico e à obtenção do lucro. Mais recentemente, entre as décadas de 1960 e 1980 do século XX, as problemáticas mais relevantes diziam respeito também a aprendizagem (ensino e formação) e ao emprego (organização do trabalho). Mais tarde, após 1980, sendo retomadas mais vivamente as concepções schumpeterianas, como a que sustenta que “novas combinações” permitem a obtenção de lucros extraordinários, o espectro da inovação é ampliado dando maior ênfase a proeminência da relação entre desenvolvimento tecnológico e ciclos de prosperidade econômica. Numa lógica distinta, perspectivas mais recentes distinguem claramente a inovação tecnológica da social, atribuindo a esta última uma natureza não mercantil, um

carácter coletivo e a intenção de gerar, dentre outros aspectos, autonomia dos diferentes atores por meio de relações sociais inclusivas.

Se coadunam com esta perspectiva da inovação social, importantes iniciativas promovidas por organizações da sociedade civil que visam o combate às diferentes formas de exclusão social. Apesar de existirem distintas concepções de inovação social, é unânime entre os teóricos que se dedicam ao estudo da área que, em linhas gerais, as inovações sociais se constituem em processos que se desenvolvem, geralmente, fora do âmbito da competição exclusivamente concorrencial e que objetivam prioritariamente à inclusão social – para tanto, propõem respostas novas, e que ganham reconhecimento social, na intenção de gerar transformações na sociedade que viabilizem a redução dos níveis de vulnerabilidade dos mais empobrecidos por meio do seu empoderamento e emancipação.

Esta visão da inovação social conduz, por exemplo, a uma redefinição do modelo de gestão. Até porque, as metodologias e os pressupostos funcionalistas e gerencialistas também são questionados pelos modelos de gestão que anseiam inovar socialmente. Assim sendo, em vários momentos as inovações sociais podem ocorrer intencionalmente ou mesmo emergir de um processo de mudança social sem planejamento prévio. E mais, inovações sociais podem ocorrer em três níveis: a) dos indivíduos, b) das organizações e c) das instituições. Explicando melhor: a) são indicadores de inovação social dos indivíduos: práticas relevantes para o desenvolvimento de autonomia, corresponsabilidade, participação de sujeitos e populações excluídos que gerem aumento de suas qualidades de vida; b) são indicadores de inovação social nas organizações: estruturas organizacionais e de governança que promovam formas de divisão e coordenação do trabalho democráticas e que favoreçam aprendizagem e autonomia; c) são indicadores de inovação social nas instituições: mudanças nos ambientes legal, político, social e econômico que favoreçam a universalização de direitos, o surgimento de legislações articuladas ao preceito da equidade, etc. com os quais seja possível promover a inclusão social e defesa dos menos favorecidos (BIGNETTI, 2011).

Nas palavras de Cloutier (2003), a inovação social se apresenta como uma resposta nova a uma situação social julgada não satisfatória e visa o bem-estar dos indivíduos e das coletividades através do atendimento a necessidades como saúde, educação, trabalho, lazer,

transporte e turismo. As estruturas excludentes pelas quais processos racionalizantes se consolidam como práticas institucionais diversas, são postas em xeque por iniciativas criativas e inauditas de gestão inovadora social que põem em relevo o protagonismo, a participação, o poder de decisão e, assim, a autonomia dos distintos atores sociais na consecução das práticas sociais transformadoras.

Uma vez que as estruturas existentes se mostram, em tantos momentos, incapazes de combater os problemas oriundos das desigualdades sociais, a saber, as questões que implicam os níveis de sustentabilidade social, as mudanças climáticas, a epidemia mundial de doenças crônicas, o analfabetismo, a fome etc., crescem iniciativas, por parte das organizações da sociedade civil, com a intenção de propor novos modos de relacionamento com o Estado e o mercado. (MURRAY et al, 2010). Dessa forma, na relação com o poder público e as organizações privadas, a inovação social se desenvolve pela participação ativa dos beneficiários e dos atores de comunidades durante toda a ação social. Trata-se de um processo de construção social, de geração de soluções, que é condicionado, sobretudo, pela trajetória que está sendo construída pelos distintos atores. Assim, a concepção, o desenvolvimento e a aplicação de projetos sociais estão intimamente imbricados com a participação e cooperação de todos os atores envolvidos. Dito de outro modo, é um processo de aprendizagem coletivo, que se baseia no potencial dos indivíduos, dos grupos, das corporações e das comunidades, que adquirem as capacidades necessárias para realizar as transformações sociais com a participação ativa de todos os envolvidos (CLOUTIER, 2003). E mais, pensada nessa perspectiva a inovação social procura criar condições para a emancipação dos beneficiados de modo a que estes possam assumir com autonomia suas responsabilidades nos projetos, bem como nos demais espaços de interação e ação.

Bignetti (2011) dá ênfase ao caráter relacional das iniciativas que inovam socialmente ao destacar a íntima conexão que se estabelece entre estas e os atores sociais, em face da busca pela consecução dos objetivos. Cabe destaque que, com relação aos *atores*, a inovação social se desenvolve através de uma diversidade de intervenientes, entre eles: empreendedores sociais, agentes governamentais, empresários e empresas, organizações não governamentais, trabalhadores sociais, representantes da sociedade civil, movimentos, comunidades e beneficiários.

Com base no que foi indicado até o momento, é possível inferir que a inovação social busca criar condições para maior satisfação das necessidades humanas ao propor alternativas a problemas sociais tantas vezes negligenciados nas esferas pública e privada. E mais: há profunda aderência entre a potência comunitária – que pode ser geradora de formas criativas de estados de inclusão e emancipação – e as práticas de inovação social. Até porque, por meio de projetos e com o envolvimento comunitário as inovações sociais visam: promover inclusão social; resistir e desconstruir processos de exclusão/marginalização social; gerar condições para o empoderamento das pessoas em situação de vulnerabilidade social; emancipação de agentes, de atores diversos, etc.

3 METODOLOGIA

Considerando a questão norteadora e os objetivos propostos para o desenvolvimento dessa pesquisa, realizou-se: uma investigação qualitativa, exploratória e descritiva e um estudo de caso no Centro Educacional Marista Lucia Mayvorne.

A unidade de análise contempla o Projeto Centro Educacional Marista Lucia Mayvorne. Este teve seu início em 06 de janeiro de 2012, na Comunidade do Mont Serrat, localizada na região conhecida como Morro da Cruz (Florianópolis, SC). O Estudo foi desenvolvido no período de 22 de abril à 15 julho de 2015.

Atendendo atualmente cerca de 550 crianças e adolescentes, o projeto conta com 110 colaboradores diretos e propõe educar por meio da alfabetização e formação formal continuada. Nesse processo, visa subsidiar o protagonismo dos membros da comunidade, buscando o fortalecimento da cidadania e dos valores solidários, com o objetivo de promover novos cenários de formação, ação e participação para crianças, jovens e suas famílias.

A intenção deste estudo foi inventariar a prática comunitária articulada ao projeto educacional e, nesse intento, realizou-se uma investigação qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. A coleta de dados se deu através de dados primários e secundários. A amostragem baseou-se na decisão dos pesquisadores, configurando-se numa amostragem não probabilística por acessibilidade. A pesquisa ocorreu em forma de questionários aplicados a 12 colaboradores, e também com entrevistas por meio de gravação em áudio e transcritas

na íntegra. Todas foram autorizadas – pelos cinco pais de crianças e adolescentes participantes do projeto.

Com o propósito de responder à questão de pesquisa estabelecida neste artigo, foram empregadas as estratégias de pesquisa bibliográfica, o estudo de caso único e de natureza exploratória e a pesquisa documental, utilizando como fonte de evidência a elaboração de uma entrevista semiestruturada, além da observação participante, como fonte adicional de evidência (MARTINS, THEÓPHILO, 2009; YIN, 2010).

Segundo Yin (2010), a necessidade de se compreender fenômenos sociais complexos faz do estudo de caso a estratégia de pesquisa adequada para uma investigação que preserve as características holísticas e significativas dos eventos da vida real. Por este motivo, foi escolhido o estudo de caso, por tratar-se de observação empírica.

Na esteira do que propõe Martins e Theóphilo (2009), a pesquisa bibliográfica também figura entre as estratégias adotadas no artigo, pois ela possibilita embasamento teórico e rigor analítico ao processo investigativo. Assim, na analítica das categorias teóricas foram evidenciadas as noções de comunidade e inovação social.

Como fonte de evidência, utilizou-se das técnicas de entrevista semiestruturada e observação. Em relação à primeira, foram coletadas informações por meio de entrevistas semiestruturadas, com questões abertas, para obter informações de usuários envolvidos no projeto, visando a confiabilidade das informações observadas e aqui relatadas – seguindo as orientações de Martins e Theóphilo (2009).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a educadora social – norteadas por instrumento próprio. As entrevistas foram registradas por meio de gravação em áudio e transcritas na íntegra. Ainda foram aplicados questionários aos alunos participantes do Projeto – norteados por instrumento composto de questões.

A análise dos dados foi realizada paralelamente à coleta. Nessa análise, as triangulações e os encadeamentos de evidências, (observações, entrevistas) visaram propiciar robustez, confiabilidade e validade aos achados da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção descreve-se os resultados do estudo de caso de acordo com a seguinte pergunta de pesquisa: é possível afirmar que a prática comunitária articulada ao projeto desenvolvido no Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne é uma inovação social?

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E QUESTIONADOS

Esse procedimento se dá por meio da descrição dos dados obtidos através de entrevistas e questionários, buscando alinhar as respostas aos conceitos desenvolvidos na revisão da literatura.

Foram aplicadas 05 entrevistas com pais de alunos e 12 questionários com colaboradores, sendo eles: professores, coordenação, assistente social, bibliotecária, zeladora, cozinheira, secretária e auxiliar administrativo do Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne. Também foram entrevistados outros dois atores envolvidos com a execução do Projeto: a Coordenadora Pedagógica e a Coordenadora Geral.

Entre os entrevistados estão: pais dos alunos e colaboradores do projeto, 29,41 %, que apresentam idade entre 31 a 35 anos; 23,53%, com idade entre 26 e 30 anos e 23,53%, que relatam ter idade acima de 41 anos. Os resultados evidenciam que a grande maioria dos pais entrevistados e dos colaboradores questionados possuem idade acima de 26 anos. Especificamente com relação aos pais, evidencia-se que estes tiveram seus filhos mais cedo que a média comparada com outras famílias de realidades econômicas superiores.

Em relação a escolaridade, 23,54% dos questionados e entrevistados possuem o ensino superior completo. Já 17,66% estão cursando o ensino superior e 11,76% possuem pós-graduação completa, ensino médio completo ou ensino médio incompleto. E 5,88% afirmaram ter cursado mestrado e estar cursando atualmente pós-graduação ou ter o ensino fundamental incompleto. Também 5,88% afirmaram ter concluído apenas o ensino fundamental. Observa-se, com base nas evidências, a expressiva qualificação dos profissionais que atuam no projeto. Infelizmente observou-se, através dos relatos dos entrevistados, baixa escolaridade das famílias. Este dado é claramente ligado a precariedade da situação

socioeconômica que esses sujeitos vivenciam. No entanto, este ponto não reduz nas crianças e adolescentes o reconhecimento de que o aperfeiçoamento, por meio da educação, pode ser um condutor para alcançarem um futuro com mais alternativas para saírem da condição de pobreza.

Sobre o tempo de participação no projeto analisou-se que 47,06% das crianças já participam há mais de três anos e seis meses, ou seja, desde de seu surgimento. Quanto a atuação dos profissionais, de acordo com repostas dos 12 questionários, mas também conforme a primeira entrevista concedida pela coordenadora do projeto, constatou-se uma expressiva rotatividade devida, sobretudo, as características e contextos locais. O Centro Educacional Marista Lucia Mayvorne está inserido num contexto social bastante desafiador, numa comunidade que sofre e é abalada por problemas como o desemprego, a violência urbana e doméstica, os efeitos nefastos do narcotráfico e questões estruturais como ausência de saneamento básico e precariedade nas condições de moradia.

Na seção seguinte será apresentado o projeto social desenvolvido no Centro Educacional Marista Lucia Mayvorne. Uma breve apresentação da instituição, bem como dos seus principais princípios orientadores.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO SOCIAL

O CEMLM foi fundado em 06 de janeiro de 2012, localizado na parte insular do Município de Florianópolis, em uma região da cidade denominada Maciço do Morro da Cruz, mais especificamente na Comunidade do Monte Serrat, Rua General Vieira da Rosa, nº 1050, Centro, município de Florianópolis – SC. Suas atividades são desenvolvidas no espaço físico da antiga Escola Estadual Lúcia do Livramento Mayvorne. Grande parte dos estudantes da comunidade do Monte Serrat e também da comunidade próxima, Alto da Caieira, estão matriculados no CEMLM. Este funciona em uma parceria entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Congregação dos Irmãos Maristas. O Centro Educacional oferece para as crianças e adolescentes do Monte Serrat e do Alto da Caieira, educação gratuita e em período integral.

Além do Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio noturno, para as crianças que estudam do 1º ano até o 5º ano é oferecido período integral na Escola no qual

são desenvolvidas atividades socioeducativas como: oficinas de teatro, informática, artes plásticas, capoeira, jogos cooperativos e literatura. Segundo o relato da coordenadora, o projeto acontece em dois espaços: alfabetização, na antiga Escola Lúcia Mayvorne e o contra turno, que são de atividades oferecidas nos espaços socioeducativos... ” Acrescenta: “No contraturno, a gente oferece linguagem de meio ambiente, informática, teatro, artes plásticas, circo, no Alto da Caieira, ou seja, educação integral, onde essas crianças estudam de manhã e à tarde vão para o contra turno e assim sucessivamente para as crianças que estudam a tarde e no período de manhã ficam no contra turno no Alto da Caieira...”. Portanto, as atividades acontecem em dois espaços, na comunidade Monte Serrat e na comunidade do Alto da Caieira. Situado no interior das comunidades, e procurando articular-se cada vez mais a elas, o projeto, calcado em ações formativas e educativas, procura pensar a vida comunitária e seus desafios articulando os conteúdos com a realidade vivenciada no dia a dia na região do Maciço do Morro da Cruz. Assim, a participação dos diversos segmentos da comunidade, procurando articular o currículo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, é também manifestação da interdisciplinaridade e, por meio dela, dá-se a inclusão dos temas transversais nas diversas disciplinas, com o intuito de estreitar os laços entre a Instituição e a comunidade atendida. Até porque, tratar pedagogicamente da história local, do contexto no qual as pessoas estão inseridas e dos seus desafios e urgências, é fazer da comunidade o leitmotiv do processo de transformação social.

4.3 O CEMLM E AS PRÁTICAS COMUNITÁRIAS

O Centro Educacional Marista Lucia Mayvorne está inserido em um contexto social de grandes desafios que implicam e envolvem a comunidade como um todo. Como dito, o desemprego, as formas de violência, o narcotráfico, a precariedade das estruturas de saneamento básico e moradia, figuram como alguns dos grandes problemas que obstaculizam o desenvolvimento comunitário. Cabe destaque, aqui, que o projeto educacional ora estudado é também uma forma de reação as carências no âmbito da educação formal. Nas palavras da Coordenadora Geral: “O foco do projeto é oferecer educação pautada na emancipação humana, educação está articuladora de diferentes dimensões da vida social como constituídas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é determinante”. Contudo, a comunidade em si já expressa sinais de resistência aos entraves

ao seu desenvolvimento como, por exemplo, a ação das mulheres (gestoras de suas profissões, casas e famílias), o envolvimento dos seus membros em ações reivindicatórias diversas junto aos poderes instituídos, entre outras.

Cotejando com proposições sobre comunidade, já expressas nas reflexões de Nancy (1986), Agamben (1993), Bauman (2003) e Esposito (2007), mas sem negar suas diferenças e especificidades, é possível dizer que os educandos do CEMLM, e seus familiares, vivenciam experiências de articulação coletiva (como práticas cognitivas, econômicas e ético-políticas) que se potencializam e se renovam no sentimento de pertencimento ao grupo personificado na comunidade. Aliás, o conceito pedagógico do projeto está centrado no “vir a ser” dos educandos – o desenvolvimento da potência comunitária apresenta-se como um desafio educacional e elo transformador da realidade. Conforme o relato da Coordenadora Pedagógica:

[...] E tem toda a história do Marcellin Champagnat¹ que é o fundador né... que o objetivo dele era justamente isso, era através do conhecimento libertar as pessoas da sua miséria seja ela sua miséria social ou sua miséria moral que é também um pouco da proposta de Jesus. Isso é algo muito presente na nossa escola assim... então não é só o simples fato de estar aqui e fazer uma assistência no sentido de assistir as necessidades sociais dessas famílias, e dessas crianças, mas é que também através da assistência a gente possa ir muito além que é essa liberdade, essa autonomia, e essa capacidade de transformação, acho que é importante [...].

O discurso ora destacado salienta a íntima conexão entre ações inovadoras do projeto, no campo educacional, e as potências transformadoras que podem gerar no seio da comunidade novos estados de liberdade e autonomia individuais e coletivas. Trata-se, como é possível inferir com base em Agamben (1993), de fomentar inauditas “potências de realização” nas quais a comunidade – alvo do projeto – é concomitantemente mediação e finalidade.

Outro relato dirá:

[...] A gente acredita que uma pessoa só pode transformar uma realidade se ela teve a oportunidade de conhecer outras... entende, não tem como eu me interessar por alemão, por exemplo, se eu nunca ouvi uma pessoa falar em alemão... se eu não sei nada da cultura alemã, como? Como que eu vou gostar de piano se eu nunca ouvi piano na minha vida? Se eu não tive está experiência, se eu não tive acesso a isso, então a gente entende que a educação, a escola, ela tem que ser este espaço onde essas crianças e jovens vão vivenciar outras possibilidades de vida, de mundo de relacionamento com o outro, e é um pouco isso que a gente tenta fazer aqui... proporcionar novas experiências, novas vivências acima de tudo dar acesso [...].

¹ (1789-1840) fundador do Instituto dos Pequenos Irmãos de Maria e das Escolas Irmãos Maristas.

Destaque-se, aqui, a ênfase atribuída pelo entrevistado a vivência, no interior do projeto, de novas possibilidades de vida pelas quais os sujeitos (crianças, jovens...) interagem e se relacionam entre si e com os demais membros da comunidade. Nancy chama a atenção para as vivências comunitárias calcadas na construção de identificações relacionais. O campo relacional no qual sujeitos são constituídos e ressignificados – como espaço cognitivo, ético-político, econômico – é extremamente dinâmico e gerador de transformações diversas (Nancy, 1983). De certo modo, é possível considerar que a interação entre saberes, práticas, educadores, discentes, equipe diretiva e familiares é reveladora de um campo relacional bastante profícuo para a formação e fomento da autonomia individual e coletiva.

Dito de outro modo, ante os difíceis desafios enfrentados o projeto educacional envolve e é envolvido pela comunidade, o que permite buscar alternativas de enfrentamento como proposta inovadora de educação inclusiva e comprometida com a transformação social. A construção da emancipação se dá, sobretudo, na interação entre todos os atores sociais envolvidos que, no processo educacional e na vida comunitária, constroem estados de liberdade e autonomia social.

4.4 LIMITES E POTENCIALIDADES DO PROJETO NA INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE

As potencialidades do projeto ora investigado são compreendidas como o resultado de saberes e práticas aplicados as necessidades sociais, por meio da participação e da cooperação dos diferentes atores envolvidos que geram, na sua interação, soluções novas, duradouras e emancipatórias para o grupo social.

A partir dos relatos e respostas destacam-se como possibilidades do Projeto: a formação continuada; acolhimento dos discentes e de suas famílias; qualidade da estrutura, interação entre a comunidade escolar e o resto da comunidade, a assistência social, encaminhamento dos adolescentes ao primeiro emprego, encaminhamentos jurídicos relacionados aos direitos das crianças e adolescentes, entre outros. Enfatiza-se, pois, alguns relatos de colaboradores do CEMLM:

Os alunos de 1 a 5 anos estão o dia inteiro na escola. Um período no ensino regular e no outro período há as oficinas: circense, artes... É positivo, pois as famílias podem trabalhar tranquilas enquanto as crianças estão na escola. Os alunos de 6 a 9 anos,

no período que estão estudando, têm algumas atividades: aulas de música, letramento, robótica. (Colaborador do CEMLM).

“Há vivência democrática, espaços de participação, há acolhida a fim de que haja um processo de ensino-aprendizagem afetivo.”

“[...] promoção da cidadania por meio da educação, positivo porque promove a geração de oportunidades para jovens que de outra maneira seriam empregados como mão de obra barata, pelo mercado de trabalho informal e pelo crime organizado.” Colaborador do CEMLM.

Algumas limitações, conforme o relato de entrevistados e questionados, estão relacionadas a distância física entre os prédios da escola e do contra turno, que traz consequências à comunicação interna entre os colaboradores do projeto por gerar certa descontinuidade do processo pedagógico. Há ainda a necessidade de mais espaços de treinamento para os profissionais, de estratégias para superar preconceitos que afastam outros setores da sociedade em relação ao espaço físico da comunidade, como também mais apoio estatal para melhoria da estrutura em torno dos espaços físicos nos quais o projeto é desenvolvido. E mais, há limites importantes gerados pela falta de tempo livre dos familiares dos discentes que obstaculizam, em alguns momentos e eventos, a participação mais efetiva dos pais no projeto.

De forma pontual, destacamos o relato da Coordenadora Geral:

Inúmeras dificuldades... no início tivemos bastante dificuldades até hoje vivenciamos isso, preconceito por partes dos fornecedores, sem contar os funcionários pois a rotatividade de colaboradores ainda é bastante grande. A pessoa tem preconceito, e algumas realmente não tem o perfil e não desenvolvem esse perfil para atuar com essa realidade e a situação local. Ainda enfrentamos dificuldades em contatar fornecedores.

Já um Colaborador do CEMLM disse: “não vejo nada de negativo. Mas vejo como desafios a criação da cultura escolar na comunidade. ”

Como é possível entrever na literatura estudada, a comunidade é concomitantemente o grande desafio e a maior potência para a concretização de projetos dessa ordem. Como constatado, o projeto educacional-social ora estudado não pode prescindir da participação

dos membros da comunidade pois estes, além de beneficiados, são a alma e a condição de sustentabilidade da ação social (sua esperança de continuidade!), e assim, de seus aspectos emancipatórios.

4.5 PROJETO, COMUNIDADE E INOVAÇÃO SOCIAL

Ao analisar o constructo teórico com base, primeiro, na caracterização de Cloutier (2003) vê-se que uma inovação social pode ser: uma resposta nova para uma situação social considerada insatisfatória, buscando o bem-estar dos indivíduos e das comunidades. Nas entrevistas e questionários realizados no CEMLM, várias afirmações e relatos convergiram para esta perspectiva de inovação social. O CEMLM surge no espaço do Monte Serrat justamente quando a rede sócio assistencial apresenta grande fragilidade no atendimento da população. Isto é, a carência de dispositivos sociais e públicos e/ou de parcerias que supram as necessidades locais de acesso a escolarização – constatadas, por exemplo, na falta de condições da antiga escola estadual em oferecer um ambiente e educação qualificados – revelam a premência do projeto e o seu caráter inovador, se comparado ao modelo de educação formal anteriormente oferecido na comunidade.

Ao constatar a realidade educacional desalentadora, o Padre Wilson Groh, pároco da comunidade, idealizou o Projeto juntamente com os irmãos Maristas, as lideranças comunitárias e o Governo Estadual. Nessa parceria, o governo cedeu o espaço físico e, inicialmente, custeou as contas de água e energia elétrica. Hoje, toda estrutura do projeto é mantida pelo grupo Marista. Como destaca a sua coordenadora, o objetivo principal do projeto é “oferecer educação pautada na emancipação humana [...] A educação está articulada com diferentes dimensões da vida social [...] constituídas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é determinante”. (Coordenadora Geral).

Como revela o discurso da Coordenadora Geral, o projeto (intimamente articulado a vida da comunidade e, assim, aos seus membros) visa contribuir com a emancipação dos sujeitos. Como mostra a literatura, este é um aspecto central na definição de ações e projetos que almejam constituírem-se como práticas de inovação social, a saber, procurar gerar a inclusão e autonomia de indivíduos e coletividades.

Como dito, as condições nas quais surgem o projeto estão também articuladas ao que propõe Bignetti (2011). Repetindo, ele enfatiza que, com relação aos *atores*, a inovação social se desenvolve através de uma diversidade de intervenientes, entre eles: empreendedores sociais, agentes governamentais, empresários e empresas, organizações não governamentais, trabalhadores sociais, representantes diversos da sociedade civil, movimentos, comunidades e beneficiários. Sabe-se que o projeto educacional-social não pode prescindir das articulações em rede e parcerias com atores como: a Congregação Marista, os membros do Instituto Vilson Groh (IVG), o Estado e também os discentes, suas famílias e as diferentes lideranças comunitárias.

Lévesque (2002), por sua vez, destaca que as inovações sociais têm como campo privilegiado para o seu desenvolvimento e fomento às novas formas de intervenção realizadas pelas organizações sem fins lucrativos na sociedade civil. Assim, as organizações voltadas a economia social são inovadoras na medida em que reúnem fatores produtivos diversos com foco em iniciativas associativistas e cooperativas locais. Sua criatividade se revela, por exemplo, na inclusão dos próprios usuários dos serviços nos processos de trabalho e nas tomadas de decisões. Vê-se, em iniciativas desse tipo, o traço inovador pois os beneficiados pelos projetos sociais vão paulatinamente, e de diferentes modos, sendo empoderados. Percebe-se, no projeto investigado, que a maior qualidade de vida dos discentes, e da comunidade como um todo, passa necessariamente pelo seu empoderamento como condição para maior autonomia individual e coletiva.

Visando melhor nuançar as características da inovação social, enfatiza-se também as abordagens de Cloutier (2003) e Murray et. Al (2010) que destacam a dimensão participativa de indivíduos e grupos em ações sociais diversas como uma marca da inovação social. Isto é, num processo de construção social inovador, de aprendizagem coletiva, os sujeitos, individualmente e/ou em grupo, são protagonistas (como geradores, condutores ou participantes) de suas próprias histórias – ao constituírem capacidades necessárias para realizar as transformações sociais e mudanças duradouras – pois agem/interagem como promotores da formação de novas e criativas relações e conexões emancipadoras nos contextos sociais nos quais estão inseridos.

Nessa perspectiva, o caráter inovador do Projeto pode ser também constatado na análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) – que evidencia, dentre outras coisas, a integração com a comunidade como um dos seus elementos chave. Como indicam os objetivos principais do CEMLM: o projeto visa oferecer uma Educação Evangelizadora, na qual estão articulados os conceitos de fé, cultura e vida, auxiliando no desenvolvimento da consciência crítica dos educandos, para que juntos alcancemos, entre outros, a possibilidade de construir uma sociedade mais fraterna; Abrir novos espaços de participação e expansão de iniciativas que integrem escola-família-comunidade, capazes de propiciar a vivência democrática, espaços de participação e um processo permanente de discussão, reflexão do processo ensino-aprendizagem. A fim de que haja a integração das ações determinadas pelo coletivo escolar, proporcionando a melhoria nos aspectos: físico, didático-pedagógico e administrativo, para um processo de ensino-aprendizagem efetivo. O documento ainda aborda os princípios pedagógicos do projeto que incluem a compreensão do homem como um ser social, vocacionado à liberdade e à transcendência; como um agente-sujeito da história e a história como um fenômeno dinâmico. E, como objetivos da prática pedagógica: aculturar propiciando a descoberta de si mesmo como pessoa que se plenifica ao longo da existência; Orientá-lo na construção de uma sociedade justa e solidária, pelo exercício esclarecido, livre e responsável da cidadania; prepará-lo para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos; fomentar os valores cristãos numa visão ecumênica, respeitando as distintas opções religiosas; subsidiar a discussão acerca dos direitos e deveres dos grupos que compõem a sociedade; despertá-lo para a preservação do meio-ambiente; auxiliá-lo em seu desenvolvimento integral. Todos esses aspectos permeados por uma formação continuada dos colaboradores, especialmente Professores, como uma conquista diária de posturas fundamentadas na criticidade, autonomia, interdisciplinaridade e na apropriação teórico-metodológica do projeto educativo Marista. (CENTRO EDUCACIONAL MARISTA LUCIA DO LIVRAMENTO, 2014).

Percebe-se, por meio dos resultados das entrevistas e questionários com colaboradores e pais de alunos envolvidos no Projeto, a coerência entre o que propõe o documento anteriormente indicado e a prática cotidiana vivenciada:

A gente espera que eles saiam daqui aprendendo a pensar, aprendendo a se

perceber a si próprio, e ao seu entorno de seu território, a gente espera que ele saia daqui, que ele tenha possibilidades de escolhas, ele pode querer não fazer uma universidade como ele pode querer fazer e a gente espera que ele saia daqui sabendo que ele tem direito, que ele possa fazer a escolha e ele tem que ter acesso a isso, e fazer com o que o seu entorno favoreça a isso, ele também pode ser um bom mecânico de carro, por exemplo, desde que ele seja uma pessoa boa, justa, ética, uma pessoa que vai ficar bem com sua família, nessa perspectiva.(Coordenadora Geral do CEMLM).

Evidencia-se através dos discursos que um projeto social inovador não pode prescindir da promoção do sujeito individualmente. Há que articular, portanto, a promoção da autonomia individual com a coletiva. Até porque, a emancipação comunitária se dá, justamente, por meio da promoção dessas dimensões da experiência humana.

Corroborar a tese de que uma inovação social deve estar comprometida com o desenvolvimento da emancipação individual e coletiva dos sujeitos, a constância que os colaboradores – conforme revelam os questionários aplicados – utilizam os seguintes termos em suas respostas: protagonismo, autonomia, projeto de vida, solidariedade, autovalorização, oportunidades, respeito à diversidade, autoestima, garantia de direitos, sujeito integral, ampliar horizontes, subjetividades, emancipação, empoderamento, conhecimento dos problemas socio-políticos, igualdade de oportunidades, desenvolvimento de habilidades e conhecimentos, fazer escolhas, protagonismo social, liderança. Os discursos apresentados a seguir, que visam responder ao que se espera do educando no projeto, ratificam os sentidos atribuídos as palavras indicadas: “Sejam cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Que exerça sua cidadania, que busque a conscientização de seus sonhos e planos” (Colaborador do CEMLM); “Espera-se protagonismo na sociedade, continuidade nos estudos, desenvolvimento moral, ampliação do leque de oportunidades, reconhecimento de suas potencialidades. Promoção da justiça e da paz.” (Colaborador do CEMLM);

[...] ela passou a ter mais responsabilidade, ela passou a ter mais eh... negócio do valor mesmo [...] ela um dia chegou mim e disse: mãe vamos fazer uma assembleia? E eu disse: como vamos fazer uma assembleia só eu e você? Não, tem coisas aqui em casa que eu não estou satisfeita e eu aprendi no Colégio que a gente tem que sentar e conversar numa assembleia, aí sentou eu e ela para fazer uma assembleia e ela com uma folha com a pauta... então é coisa que o Colégio ensina ela a fazer... incentivo ao diálogo e hoje em dia a gente não tem mais isso. (Mãe de aluna do CEMLM).

Em síntese, criar condições para o desenvolvimento do espírito crítico, das potencialidades cognitivas, do engajamento comunitário e do comprometimento ético-

político com a sociedade é o grande desafio do projeto educacional-social como prática de inovação social.

Destaca-se também um outro aspecto relevante, e que pode ser cada vez mais considerado no constructo da inovação social, que é a transitoriedade dos próprios projetos. Até porque, o objetivo maior é criar condições para independência dos beneficiados, a sua autonomia individual e coletiva, evitando com isso uma permanente dependência. Tendo em conta que a história constituída pelos distintos agentes sociais que participam do projeto educacional-social é um processo extremamente dinâmico e que deve auxiliar na criação de condições para o empoderamento e autonomia da comunidade, salienta uma entrevistada:

Mas o mais importante pra nós... que é o nosso foco... nosso objetivo maior... é essa transformação social. É que essas pessoas se empoderem de tal forma que elas possam ser os próprios agentes da sua transformação... por isso assim o nosso trabalho aqui na comunidade e é também a proposta do grupo marista é muito de... a gente sabe que a gente é transitório, a gente é temporário nessa comunidade... no entanto, o que fica é a obra. É o trabalho que a gente desenvolve... e esse trabalho tem que ser tão bem desenvolvido... a ponto que o grupo Marista saia daqui enquanto grupo, enquanto instituição e esses valores, essas transformações permaneçam neste espaço... Tem uma proposta bem desprendida aí... e eu acho que tudo isso que eu falei tem a ver com essa questão desse homem, dessa autonomia, dessa liberdade... desse ser social e aí a história está o tempo todo... ela é muito dinâmica... são como eu estou dizendo... a gente faz parte... a gente não é a história..." (Coordenadora Pedagógica do CEMLM).

Diante dessa análise e considerando o objetivo multidimensional da inovação social, parece ficar claro que o projeto e a prática comunitária (sem desconsiderar seus limites, mas destacando suas potencialidades) são exemplos de inovação social, na medida em que procuram satisfazer os seguintes requisitos: a satisfação de necessidades humanas; a promoção da inclusão social e a capacitação dos beneficiários desencadeando mudanças nas relações sociais e de poder. As ações do CEMLM estão centradas na inclusão escolar, apoio à qualificação, visando, sobretudo, através de novas experiências, a construção dos projetos de vida das pessoas (individual e comunitariamente) em situação de grande vulnerabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção desse artigo foi, sobretudo, analisar o projeto desenvolvido no CEMLM na sua interação com a prática comunitária sob ótica dos constructos teóricos da Inovação Social. A investigação procurou indicar vários elementos relevantes sobre a interface entre

comunidade e ações de inovação social.

Como revelou a questão de pesquisa, a investigação consistiu em inquirir se é possível afirmar que a prática comunitária no Centro Educacional Marista Mayvorne é uma inovação social. As evidências encontradas diante dos dados analisados levam a considerar que, em grande parte, as características do projeto e da vivência comunitária aderem ao constructo teórico da inovação social, pois através das ações educativas articuladas as práticas comunitárias criam-se condições para o fomento da emancipação individual e coletiva. Prova disso, o projeto viabiliza condições significativas para consolidação do empoderamento dos sujeitos no meio comunitário.

Pode-se asseverar, então, que o projeto é uma inovação social que permite o desenvolvimento de potencialidades diversas que visam contribuir com a consolidação da autonomia (cognitiva, profissional, política, ética e econômica) dos sujeitos sociais. Assim, na intenção de atender aos objetivos propostos no estudo observou-se com base nas categorias estudadas, a saber, comunidade e inovações sociais, e na análise dos dados obtidos, que a imbricação entre projeto educacional-social e participação comunitária revela – não sem limites e variações – a efetivação de uma prática de inovação social.

Desse modo, no contexto da inovação social identificou-se que o projeto proporciona empoderamento para os diferentes atores sociais. Este se consolida nos espaços de convivência e de formação para participação e cidadania. Trata-se, pois, de educar visando aprimorar o protagonismo e a autonomia articulados ao fortalecimento de valores solidários. Com o objetivo de promover novos cenários para a infância e a juventude, procura instrumentalizar os sujeitos e, assim, capacitá-los para o aprofundamento nos estudos e para a inserção ativa no mercado de trabalho. Há que acrescentar, também, que essas metas são buscadas por meio de uma educação integral que objetiva formar sujeitos críticos e comprometidos histórica e socialmente.

No que tange especificamente a articulação com a vida da comunidade, foi constatado que o projeto é concebido como uma ação social que não pode prescindir dos seus diferentes membros. A interação com os discentes, a participação das famílias, a aproximação com os líderes da comunidade, a vivência comunitária, bem como a convicção de que num dado

momento a comunidade possa gerir autonomamente o projeto, ratificam essa perspectiva. Nunca é demais lembrar a importância das lideranças locais em todos os projetos desenvolvidos na comunidade.

Quanto a identificação das potencialidades do projeto, constatou-se como positivo, por exemplo, o fato de proporcionar: formação continuada aos discentes; momentos de escuta e acolhimento na escola, decisivos na criação da cultura do pertencimento; qualidade na estrutura disponibilizada; interação entre a comunidade escolar e a comunidade como um todo; assistência social e encaminhamento dos adolescentes ao primeiro emprego. E mais, observou-se a existência de: vivência democrática; espaços de participação e construção coletivas; promoção da inclusão econômica por meio da formação e da geração de oportunidades; contra turno que permite, por meio da educação integral, criar alternativas para tirar as crianças e adolescentes das ruas reduzindo a influência e o poder de persuasão do narcotráfico sobre suas vidas.

Quanto as limitações do projeto, destacam-se as dificuldades geradas pela distância física entre os prédios da escola e do contra turno. E mais: o *turnover* de colaboradores, o reduzido apoio da rede estatal, os obstáculos que muitos pais encontram para participar da vida escolar de seus filhos e as dificuldades em contatar fornecedores, também se configuram como obstáculos ao maior êxito do projeto.

Uma das limitações detectadas na pesquisa foi a restrita participação dos pais na construção dos dados analisados (entrevistas). Percebeu-se, além disso, no estágio inicial da pesquisa a necessidade de maior clareza conceitual por parte de alguns pesquisadores. Em estudos posteriores, maior maturidade no campo da pesquisa, sobre inovação social, possibilitará melhor nuançar o objeto analisado.

Entende-se como principal contribuição teórico-prática desse estudo, o escrutínio de uma temática de grande relevância ao campo das inovações sociais. Cabe destaque o fato de que esta experiência social escrutinada como estudo de caso, com significativo valor aos estudos organizacionais, foi e continua sendo promovida por uma organização da sociedade civil na relação com a comunidade local. Nessa perspectiva, salienta-se o caráter decisivo da participação comunitária como condição para que sejam alcançados padrões de excelência na

gestão de projetos sociais. Aliás, a significativa relevância epistemológica e social da temática investigada aponta para o valor científico do seu aprofundamento em estudos posteriores. Não é demais lembrar que o *leitmotiv* das inovações sociais pressupõe uma orientação transdisciplinar e um envolvimento multidirecional que devem ser efetivados como interface e diálogo (por vezes tenso!) com as demais Ciências Sociais Aplicadas, mas também com as Ciências Sociais e as Ciências Humanas.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **A comunidade que vem**. Trad. Antônio Guerreiro. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BIGNETTI, L.P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1. (2011).

CENTRO EDUCACIONAL MARISTA LUCIA DO LIVRAMENTO. **Projeto Político Pedagógico**, 2014.

CLOUTIER, J. **Qu'est-ce que l'innovation sociale?** Cahier de recherche du CRISES, n. ET0314, Montreal: UQAM, 2003.

ESPÓSITO, R. **Communitas**. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

TÖNNIES, F. **Einführung in die Soziologie**. F. Enke, 1965.

LÉVESQUE, B. Les entreprises d'économie sociale, plus porteuses d'innovations sociales que les autres? In: **COLLOQUE DU CQRS AU CONGRES DE L'ACFAS**, 2001, Montreal, Cahiers du CRISES, v. 0205, 2002.

BUBER, M. **Sobre comunidade**. Editora Perspectiva, 1987.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MULGAN, G. et al. **Social Innovation**. What it is, why it matters and how it can be accelerated. Oxford Said Business School - Skoll Centre for Social Entrepreneurship, 2007.

MURRAY, R. et al. **The Open Book of Social Innovation**. London, NESTA/The Young Foundation. 2010.

NANCY, J.L. **La communauté désoeuvrée**. Paris: Christian Bourgois Editeur, 1986.

NUNES, N. A. Agamben e o conceito de estado de exceção. **Revista de direito**. Florianópolis, n. 3, p. 201-207, jul./dez. 2007.

NISBET, R. A. **The Quest for Community: A Study in the Ethics of Order and Freedom**. 1953.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Fundo de Cultura, 1961.

PARSONS, T. **Politics and social structure**. Free Press, 1969.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret. 1973.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.